

Conceito, características, potencialidades e urgências do Património Rural

Rural Heritage: concept, features, capabilities and emergencies

Domingos Bucho

Resumo

Procuramos contribuir com elementos fundamentais para equacionar a problemática e as possibilidades de resposta à perda irreparável e contínua do património rural. Definimos o conceito, sublinhamos as características mais importantes bem como as potencialidades e, em consequência, propomos o que urge fazer e com que metodologia. Mobilizamos a nossa experiência de inventariação do património arquitectónico, de que somos autores de cerca de 100 fichas (não actualizadas, diga-se) respeitantes ao Distrito de Portalegre, muitas delas feitas em meio rural (www.monumentos.pt).

Palavras-chave: *património rural; valores; tipologia do património; património e desenvolvimento*

Abstract

We seek to contribute with key elements to equate the problems and the possibilities of response to the irreparable and ongoing rural heritage loss. We define the concept, underline the most important features and capabilities, and as a consequence we suggest what should be done and with what methodology. We mobilized our experience an inventory of architectural heritage and as authors of about 100 files (not updated, we must say) relating to the District of Portalegre, many of them made in rural areas (www.monumentos.pt).

Keywords: *rural heritage; values; heritage typology; heritage and development*

1. CONCEITO DE PATRIMÓNIO RURAL¹

1.1 Património e valores

Podemos dizer que o Património, entendido na sua globalidade, é o conjunto de entidades tangíveis e intangíveis nas quais a sociedade reconhece valores num determinado período da história.

Por sua vez, os valores - de memória, de antiguidade, de autenticidade, de originalidade, de raridade, de singularidade, de exemplaridade²-, são entidades intangíveis pelas quais a Humanidade se tenta nortear, porque lhe conferem dignidade e identidade

¹ Mantemos, de alguma maneira, o tom coloquial da comunicação de que resultou este texto.

² Para exemplificar com os que a nossa Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (vulgarmente conhecida como Lei de Bases do Património), refere.

(Humanismo): é este o seu carácter absoluto. Mas como os valores não se concretizam sem a sua aplicação, apresentam, por isso, também, um carácter relativo, uma natureza de interactividade, ou de ponte, entre a sociedade e o Património. A destruição de Budas (do séc. VI) no Vale de Bamiyan (Afeganistão), pelos Talibãs, em 2001, chocou o mundo; aqui está um exemplo da relatividade dos valores: se para uns, a simples existência daquelas estátuas colossais era um símbolo de paganismo que conduzia à idolatria, um atentado contra os seus valores religiosos, para outros – para a comunidade internacional, em geral –, a destruição das esculturas, apreciadas como monumentos históricos, constituía uma perda de valores universais excepcionais, o que levou à sua classificação como Património da Humanidade, pela UNESCO, em 2003.

1.2 Tipologia básica do património

Relativamente aos tipos patrimoniais que podemos identificar, costuma-se simplificar fazendo duas grandes divisões iniciais entre o património natural e o cultural e, por sua vez este último, entre material e imaterial. O material subdivide-se ainda entre o móvel e o imóvel, sendo que, no imaterial, podemos achar-lhe dois subtipos, com alguma dificuldade: o património intangível que apresenta um suporte material (o gastronómico, por exemplo) e o que o não apresenta (por exemplo a música). Entenda-se que esta divisão se opera para facilidade de entendimento, de estudo, porque o que realmente acontece é que um determinado bem, por exemplo do património cultural material - seja a mais conhecida *Pietà* de Miguel Ângelo, a que está em São Pedro de Roma -, é um repositório de valores tangíveis e intangíveis que só têm significado no seu estado de fusão, entrelaçados. Como compreender, neste caso, que aquela mulher de notável elegância e subtil padecimento, aparentando uma tenra idade, pudesse ser a mãe do homem de 33 anos que apresenta, morto, ao colo? Com certeza que através dos ideais de beleza clássicos, logo, intangíveis, que guiaram a mão do escultor. E no património natural, que supõe a não existência da mão humana (da cultura ou da civilização) a produzi-lo, será possível esquecer a interferência da engenharia genética na maioria dos alimentos que hoje consumimos? Da alface supertenra aos coentros que não cheiram, do tomate que sabe a água aos animais que nunca pisaram a terra, para não falar dos próprios produtos alimentares que já se cultivam sem terra, completamente fora da “mãe

natureza”³; serão apenas património natural? E a divisão, dentro dos bens intangíveis, entre os que apresentam suporte material - ou seja, não podem ser apreciados sem concretização material (o cozido à portuguesa), constituindo a receita o património propriamente dito – e os que a não apresentam, exemplificando-se com a música? Claro que é possível ouvir música sem ver os instrumentos, mas porque se gravou a execução; não há verdadeira música de violino sem o dito, ou o Stradivarius nunca existiu?

1.3 A patrimonialização

Vem de bem longe esta, como diremos, necessidade? Talvez seja a palavra adequada porque, no fundo, há uma perspectiva sobre o património que o concebe de forma prática como aquilo que queremos conservar, porque nos é necessária, de alguma maneira, a sua existência. É costume referir As Sete Maravilhas do Mundo - concebidas pelo poeta Antipater, de Sídon, num poema datado de 140 a.C. – como a primeira lista do Património Mundial (aqui do Ocidente, claro), da qual a pirâmide de Quéops (Egipto, 3º milénio a.C.) é a única sobrevivência. Isto para dizer que a patrimonialização vem muito detrás, embora sem a velocidade açambarcadora dos nossos tempos.

Para caracterizar o actual processo, imparável, de patrimonialização, já lhe foram atribuídos muitos qualificativos, sintomáticos duma verdadeira fúria (ou histeria⁴) classificatória:

- “VALOR REFÚGIO”, “MÁQUINAS DE MEMÓRIA”, “TRABALHO DE LUTO” – Marc Guillaume (1980)
- “REINVENÇÃO DO PATRIMÓNIO” – A. Bourdin (1984)
- “LOUCURA PATRIMONIAL” – Henri-Pierre Jeudy (1990)
- “ALEGORIA DO PATRIMÓNIO” – Françoise Choay (1992)
- “ALQUIMIA DO PATRIMÓNIO” - Yvon Lamy (1996)
- “PATRIMOMANIA” – Martin-Granel (1999)

³ Veja-se a propósito, “Muitas empresas desapareceriam se tivessem de pagar imposto sobre os estragos que causam no ecossistema.” TEIXEIRA, Clara – “Negócios insustentáveis”, in *Visão* de 5 de Abril de 2012, p. 46 ss.

⁴ PEIXOTO, Paulo – “Os meios rurais e a descoberta do património”, Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998. (<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>) (20XII2011)

A patrimonialização acaba por ter um pouco de todas estas características, metáforas ou paradigmas. Afigura-se-nos estarmos a construir algo com alguma similitude com a Arca de Noé bíblica. A velocidade estonteante com que passámos a viajar, em direcção a um futuro cheio de incógnitas, faz-nos temer por um “dilúvio” de características diferentes: o esquecimento do passado, a perda da identidade...porque nós somos, fundamentalmente, a resultante daquilo que fomos... E por isso queremos salvar, na arca, aquilo que, perdendo-se, representaria a perda de uma parcela de nós próprios; em Portugal, desde os anos setenta que sentimos a necessidade de acudir ao património rural.

1.4 Conceito de património rural

Em consequência do que dissemos atrás, ao património rural pertencem as entidades tangíveis e intangíveis que constituíram ou constituem o mundo rural e em que se reconhecem valores que emanam de campos tão diversos como o histórico (p. ex., relacionadas com a Campanha do Trigo durante o Estado Novo ou com as lutas dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, durante a ditadura), o paleontológico (pelo facto de ser o meio rural o espaço de jazida, por excelência, destes vestígios), o arqueológico (p. ex., as antas e os menhires), o arquitectónico (p. ex., o monte alentejano ou a arquitectura vernácula típica dos aldeamentos de assalariados agrícolas), o linguístico (p. ex., as formas vernaculares típicas de algumas regiões), o documental (de enorme variedade, p. ex., a toponímia de tradição oral constitui, por vezes, a única forma de interpretar a “carta de termo” de um concelho medieval), o artístico (p. ex., o cante alentejano), o estético (p. ex., a paisagem e o seu ordenamento ou zonagem tradicional, onde pontua o pitoresco de tantas situações), o etnográfico (p. ex., os trajes), o científico (p. ex., o herança genética de algumas variedades frutíferas naturalmente resistentes), o social (p. ex., alguns rituais ou formas de comportamento que persistem, no todo ou em parte, genuinamente rurais), o industrial ou técnico (p. ex., os moinhos de rodízio e uma enorme variedade de ferramentas), o intangível, onde, para além de todas as manifestações de natureza gastronómica, musical, danças e cantares populares tradicionais, criações teatrais (como os Bonecos de Santo Aleixo), mezinhas, lendas, lenga-lengas e tantas outras criações de expressão e memória popular orais, está uma enorme e interessantíssima sabedoria secular a que nos devemos curvar.

Entende-se por mundo rural, de uma forma geral, a simbiose homem-natureza (ou cultura-natureza, se quisermos) derivada da actividade agrícola, pastoril, florestal e cinegética. A dicotomia campo-cidade faz aqui sentido para podermos localizar, de forma prática, a origem mais frequente (natural e cultural) do património rural. Etimologicamente: *RUS*, *RURIS* (latim), significa campo e opõe-se a *URBS*, *URBIS* (latim), que significa cidade. Bem sabemos, que o mundo de onde pretendemos salvar este património vai desaparecendo na Europa dos nossos dias; era aquele mundo que se opunha/diferenciava da cidade, na função, na tecnologia, no ambiente, na maneira de viver, na cultura.

1.5 O mundo rural, hoje

Alterações profundas ocorreram na Europa, na 2ª metade do século passado, que transfiguraram o mundo rural romântico da nossa saudade. Foi a industrialização, conjugada com a competitividade internacional, promovida politicamente e facilitada pela evolução das vias de comunicação e dos transportes. Como já referimos atrás, gerou-se um mundo agrícola de estufas e de fábricas de carne, concentrado, junto às cidades que abastece, com novas tecnologias de produção cada vez mais afastadas do que podemos considerar natural.

E o mundo rural tradicional iniciou um processo regressivo de perda de densidade sociocultural, económica e institucional, deixando, também, de constituir uma complementaridade funcional do mundo urbano. A cidade já apresenta, junto a si, as referidas estruturas produtivas. Esta perda crescente levou o mundo rural tradicional para um estado de letargia que o está a impedir de implementar o seu desenvolvimento (ou sustentabilidade) através dos recursos endógenos. Tornou-se dependente, de tudo! Uma forma de lhe acudir parece ser a patrimonialização, conjugada com a turismificação, mas que não podem ser vistas como panaceia para todos os males.

Em Portugal, tem-se aceite, progressivamente, como uma inevitabilidade, a existência dos chamados espaços rurais deprimidos. O problema é que, no chamado interior, esta doença avassaladora já chegou às vilas e às cidades! A grande oposição, o grande contraste, deixou de ser entre o urbano e o rural, ou entre o campo e a cidade, para passar a ser entre o litoral e o resto, a que se chama interior, e que começa cada vez

mais perto do litoral! Ou seja, no nosso país, para além dos problemas comuns ao mundo rural europeu, temos um ordenamento do território de tal forma desequilibrado que agrava toda a caracterização que temos feito do mundo rural em geral.

As regiões do interior, e salvo raras exceções, estão a transformar-se num parque temático do Portugal de antigamente (na pior das perspectivas), induzido pela imparável quebra populacional, envelhecimento e falência económica. As razões para que isto aconteça são várias, nomeadamente históricas; podemos elencar as seguintes:

- a litoralização dos países, como tendência natural, histórica, que se prende com a localização, nas fozes dos rios, dos portos que permitem as trocas e as viagens comerciais (e também de descoberta e conquista), logo, o desenvolvimento económico e a localização do poder político; não é por acaso que as duas cidades portuguesas mais importantes (Lisboa e Porto) são exemplo disso;

- a tradicional divisão territorial da produção (ou ordenamento do território), historicamente estabelecida, em que o “interior” estaria naturalmente destinado à produção agrícola, de onde emergiu, por exemplo, a mitificação do Alentejo (cerca de 1/3 do território) como “celeiro de Portugal”; desde 1889 que se assistiu a uma política de fomento cerealífero, com preços garantidos, protecção alfandegária e proibição das empresas moageiras comprarem cereal no exterior sem esgotarem os *stocks* nacionais, apesar do trigo estrangeiro ser mais barato e melhor; esta política foi continuada no séc. XX, sofrendo novo impulso com a Campanha do Trigo, no tempo de Salazar, a partir de 1929; podemos apontar, como consequências, a destruição de montado, a exaustão de solos pobres desadequados para o cereal, o condicionamento legal do desenvolvimento industrial, a partir de 1931, com a consequente constituição de monopólios e o impedimento da concorrência ao nível da oferta de emprego entre agricultura e indústria; de uma maneira geral, implementou-se uma economia muito frágil, incapaz de competir externamente, e à custa de salários baixos mantidos com repressão política e policial;

- com a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, e após um período de transição em que recebeu avultados fundos estruturais – que não terão tido a melhor aplicação - para acertar o passo com a Europa, Portugal viu-se completamente desprotegido a partir de 1992 (mercado único com política aduaneira comum para os produtos provenientes de países exteriores à UE); as empresas passaram a enfrentar a concorrência europeia, pela primeira vez na história do país, sem qualquer protecção

alfandegária; o sector agrícola ressentiu-se de forma dramática no Alentejo, tendo contribuído negativamente, para tal situação, a aplicação, através da PAC (Política Agrícola Comum, criada em 1962), de fundos europeus para não produzir (pousio), para apoiar a sementeira e não a colheita, e até para arrancar oliveiras e vinhas;

- só muito recentemente se assiste a uma readequação da nossa produção agrícola face à concorrência europeia e internacional, procurando os nichos de mercado em que o clima, as características dos solos e a aplicação de novas tecnologias e métodos de produção nos permitem ofertas concorrenciais; destaca-se, sem dúvida, o vinho, com crescente qualidade e capacidade concorrencial.

Quer as raízes históricas de que falámos, quer o processo doloroso de reestruturação agrícola, com a entrada na UE, conduziu o interior a um estado verdadeiramente crítico, acentuado pela crise económica mundial actual. Quer-nos parecer que fomos longe de mais no abandono da chamada “província” e que não nos levantaremos sem medidas de discriminação positiva e a todos os níveis. O Alqueva, que a região Alentejo ansiava, como panaceia para todos os males, é hoje, para além de uma infra-estrutura vital - pelo simples facto de armazenar água -, um potencial económico que as empresas agrícolas nacionais não tiveram capacidade para aproveitar, assistindo-se, isso sim, ao investimento agrícola espanhol, ao deslumbre pela utilização turística e ao planeamento da aplicação da água nas indústrias do porto de Sines.

1.6 Patrimonialização e turismificação

Desde os anos setenta do século passado que se procura acudir à falência progressiva do mundo rural tradicional através da implementação de uma nova função: a conservação dos seus valores de natureza e de cultura, constituindo, por um lado, uma reserva ecológica estratégica e, por outro, uma como que monumentalização cultural e natural em ordem ao seu desfrute turístico-cultural. Entre as decisões políticas mais importantes neste sentido, podemos referir:

- A Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, criando as “Áreas Protegidas”, segundo a tipologia de parques nacionais, parques naturais, paisagens protegidas e reservas naturais (primeira classificação atribuída ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1971).

- O Decreto-lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, redefinindo a tipologia das áreas protegidas: parque nacional⁵, parque natural⁶, reserva natural⁷, monumento natural⁸, paisagem protegida⁹ e sítio de interesse biológico (áreas protegidas de estatuto privado requeridas pelos proprietários para protecção dos *habitats* naturais de espécies da fauna ou da flora).
- O Decreto-Lei n.º 256/86, criando o Turismo em Espaço Rural, segundo a tipologia (actualizada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro) de casas de campo, agro-turismo e hotel rural; de referir, também, os empreendimentos de turismo de habitação que podem localizar-se em espaço rural ou urbano.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, criando o Programa Nacional de Turismo de Natureza.
- A candidatura e classificação de bens naturais portugueses como Património Mundial da UNESCO:
 - . Paisagem Cultural de Sintra (1995)
 - . Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa (1998)
 - . Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira (1999)
 - . Região Vinhateira do Alto Douro (2001)
 - . Paisagem da Cultura da Vinha do Pico (2004)

⁵ No território português a única Área Protegida que beneficia deste estatuto é o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971.
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-nac> (24 de Janeiro de 2013)

⁶ Parques naturais classificados: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte; Alvão; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; Ria Formosa.
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-natur> (24 de Janeiro de 2013)

⁷ “Reservas naturais classificadas: o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (data de 1975, sendo, aliás, a primeira AP criada após o 25 de Abril), as Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o Estuário do Tejo, o Estuário do Sado e as Lagoas de Santo André e da Sancha (a mais recente, criada em 2000).”
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/res-natur> (24 de Janeiro de 2013)

⁸ Monumentos naturais classificados: Ourém; Torres Novas (integrado no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), sendo o mais antigo e datando de 1996; Carenque; Cabo Mondego; Pedreira do Avelino; Pedra da Mua (integrado no Parque Natural da Arrábida); Lagosteiros (integrado no Parque Natural da Arrábida); Portas de Ródão (2009).
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/mon-natur> (24 de Janeiro de 2013)

⁹ “De âmbito nacional, figuram as Paisagens Protegidas da Serra do Açor, de 1982, e da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, de 1984.”
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/pais-protteg> (24 de Janeiro de 2013)

- A constituição internacional de Reservas Mundiais da Biosfera (UNESCO, 1976):
 - . RN Paul do Boquilobo (1981) / Ilha do Corvo (2007) / Ilha Graciosa (2007) / PNac Peneda-Gerês (2009) / Ilha das Flores (2009) / RN Berlengas (2011) / Santana, Madeira (2011)¹⁰
- A Rede Natura 2000 (CEE-1992):
 - . PNac Peneda-Gerês / PN Montesinho / PN Serra de São Mamede / RN Berlengas / RN Serra da Malcata

Esta refundação funcional do nosso mundo rural não prescinde, obviamente, da componente económica agrícola. Vivemos décadas a produzir o que não devíamos, descurando produções em que podíamos ser altamente competitivos: vinho, azeite, cortiça e fruta em geral, com e sem valor acrescentado.

1.7 A observação e estudo do património rural

Uma adaptação portuguesa do *Guia Europeu de Observação do Património Rural (2003)*, editada em Portugal em 2009¹¹, constitui uma base importante para definir uma metodologia de observação e estudo do património rural. Seguindo estas orientações e enriquecendo-as, segundo o nosso ponto de vista, podemos estabelecer os seguintes itens para observação:

A) Património rural material imóvel

A.1 – Paisagem

A paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000)¹².

¹⁰http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_mab_WNBR_BR2012.pdf (24 de Janeiro de 2013)

¹¹ *Guia Europeu de Observação do Património Rural (2003)*, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009.

¹² Decreto n.º 4/2005 (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14)

A.1.1 Organização do espaço

- Espaço cultivado
- Prados e pastagens
- Floresta
- Espaço aquático
- Tipos de povoamento

A.1.2 Marcos ou pontos de referência, de natureza muito variada, que sobressaem no território.

A.1.3 Vias de comunicação (terrestres, fluviais e linhas de caminho de ferro)

A.2 – Arquitectura

A.2.1 Arquitectura vernácula civil:

- das povoações que nasceram intrinsecamente ligadas à agricultura (aldeias de assalariados agrícolas);
- das habitações dispersas de pequenos e médios agricultores e hortelões;
- dos montes e quintas com os seus espaços funcionais típicos: eira, celeiro, lagar, adega, estábulo, vacaria, queijaria, forno, pombal, etc.

A.2.2 Arquitectura militar e religiosa (vernácula ou não) em meio rural: torres de vigia, ermidas, igrejas de romaria, mosteiros, cruzeiros.

A.3 - Caminhos

Caminhos rurais, sobretudo os que apresentam materiais e técnicas de construção arcaicos, nomeadamente as azinhagas e as calçadas, podendo integrar pontes antigas, de alvenaria ou de cantaria, anteriores à introdução do betão.

A.4 - Engenhos

- Dispositivos mecânicos que utilizavam a energia hidráulica e eólica para produzir farinhas e pisoar tecidos: moinhos de vento, moinhos de rio (azenhas e moinhos de rodízio) e pisões.

- As construções para a captação, armazenagem, transporte e utilização da água: poços, noras, contra-minas, represas, aquedutos, engenhos de rega, fontes (nascentes), fontanários, chafarizes e lavadouros.

A.5 – Património arqueológico

Disperso e de tipologia muito variada: megalítico, necrópoles, casas de falsa cúpula, assentamentos agrícolas da Idade do Ferro e do período romano, etc.

B) Património rural material móvel

B.1 – Oficinas artesanais

Oficinas de artesãos ligadas ao mundo rural, com o respectivo património técnico (ferramental) a elas inerente: correeiros, ferreiros, latoeiros, carreiros, ferradores, etc.

B.2 - Alfaias agrícolas e primeiras máquinas

Um variadíssimo e riquíssimo espólio de alfaias, de produção artesanal, que vai das dedeiras de cana para protecção dos ceifeiros até às primeiras ceifeiras debulhadoras mecânicas.

B.3 – Mobiliário

Sempre artesanal, por vezes de estilo regional e usando madeiras autóctones, de que são exemplo, no Alentejo, as cadeiras de bunho, as cantareiras, as arcas do pão, as chamadas mesas de pastor, etc.

B.4 – Artesanato

Hoje de procura essencialmente turística e de função decorativa: olaria, vimes, ferro, madeira, cortiça, etc.

B.5 – Trajes

Os trajes típicos do trabalhador rural, quer na situação de trabalho quer na de festa.

B.6 – Produtos agrícolas

Os produtos agrícolas típicos de cada região, de origem vegetal ou animal, que resultaram de uma secular adaptação à natureza e às tradições culturais locais ou regionais (produtos vegetais regionais, raças autóctones e produtos transformados).

C) Património rural imaterial

C.1 - Música, danças e cantares populares

C.2 - Festas e romarias profanas e religiosas

C. 3 - Feiras (que em Portalegre tinham nomes sintomáticos do seu carácter agrícola: “dos Porcos”, “das Cerejas” e “das Cebolas”).

C. 4 - Comemorações, costumes e tradições muito variados.

C.5 - Saberes-fazer muito variados, nomeadamente os que estavam ligados aos ofícios agrícolas: capador, moleiro, adegueiro, carreiro, ferrador, etc.

C.6 - Práticas agrícolas, pecuárias e florestais tradicionais

C.7 - Dialectos locais, lendas, poesia, contos e outra literatura de tradição oral.

C.8 - Modos típicos das mais variadas celebrações: casamentos, baptizados, aniversários, “a ida às sortes” (inspecções militares), etc.

C.9 - Gastronomia tradicional local, em estreita ligação com o calendário agrícola.

2. CARACTERÍSTICAS DO PATRIMÓNIO RURAL

O património rural tem características *suis generis* que importa precisar, porque é fundamental tê-las em linha de conta quando se elaboram projectos de intervenção, sob pena dos mesmos fracassarem por lhes faltar o sentido da realidade prática.

2.1 Extraordinária espessura histórica

Ao contrário do que se passa nos nossos dias, em que todos os aparelhos se desactualizam, quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista estético, cremos que os moinhos de rodízio, p. ex., se mantiveram iguais durante séculos: data de 1398 a primeira referência documental aos Moinhos do Rio Sever (Portagem, Marvão), que se mantiveram em funcionamento até ao séc. XX.

2.2 Dispersão, profusão e abandono

De facto, modernidade não rima com ruralidade! Para trás estão a ficar cidades sem vida, onde é cada vez mais difícil resistir, e ficam os despojos da ruralidade, envolvidos por uma poesia trágica.

2.3 Difícil acesso (em termos físicos, legais e de segurança)

Enquanto em meio urbano o acesso ao património não constitui qualquer óbice – quando muito a igreja está fechada e tem que se providenciar, no local, a respectiva abertura -, em meio rural são necessárias viaturas especiais para progredir no terreno; é preciso resolver problemas técnicos de porteiros que se têm que abrir, passar e deixar fechadas, constituindo, por vezes, uma tarefa que não está ao alcance prático de todos; é necessário resolver, previamente, questões legais de acessos que os proprietários interditam, física e legalmente; e é necessário ter em linha de conta que as pessoas que vivem, ou têm bens, nesses lugares isolados, muitas vezes vandalizados e até assaltados, se protegem com cães e com armas que podem constituir sérios contratemplos.

2.4 Difícil fruição turístico-cultural (devido aos problemas de acesso e à falta de interpretação)

A interpretação e a apresentação deste património não é, obviamente, preocupação dos seus proprietários. Hoje, incontáveis montes no Alentejo estão abandonados e a parte edificada está em ruínas ou fortemente encerrada e vedada para dificultar acessos e roubos. Inúmeras ferramentas, maquinaria e peças de variadíssima proveniência

dispersam-se pelo chão e deterioram-se. E claro que ninguém está no sítio para prestar qualquer tipo de informação.

2.5 Admirável eficácia conseguida através de materiais e técnicas simples e naturais

A extraordinária espessura histórica de que falámos acima traduziu-se na utilização, por tempos indeterminados, de materiais e técnicas que provaram a sua eficácia no contexto económico e tecnológico pré-industrial e de pré-globalização da economia. Grande parte desses materiais tem uma proveniência natural e surpreendem-nos, sobretudo quando se tentam substituir, sem sucesso, por materiais novos. É o caso das relhas (pedras de rio especiais) onde os moinhos de rodízio rodavam os seus maquinismos, durando gerações sem se gastarem.

2.6 Admirável interligação, mesmo a nível estético, entre todas as tipologias do Património Rural

Pela mesma razão já referida, da extraordinária espessura histórica do mundo rural e do património que gerou, essa como que estabilidade natural e cultural criou uma interligação admirável, mesmo a nível estético, entre os vários elementos que a compõem ou caracterizam. Há qualquer coisa que enlaça, dentro da mesma família, uma açorda, um tarro, uma chavelha esculpida por um pastor, uns safões, um poial de cântaros, um canto alentejano, um capote, uma azinheira.

3. POTENCIALIDADES: O PATRIMÓNIO RURAL COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO

O mundo rural, enquanto património, tem potencialidades culturais mas também económicas. A sua conservação e valorização merecem, há bastante tempo, as preocupações do Conselho da Europa, do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e da UNESCO. No seio do Conselho da Europa, podemos lembrar os seguintes documentos mais recuados no tempo:

- Apelo: “L’appel de Grenade. L’architecture rurale dans l’aménagement du territoire” (1976)¹³
- Estudo/relatório: “Patrimoine architectural et développement rural “ (1987/88)¹⁴
- Estudo/relatório: “Le Patrimoine Rural” (1985)¹⁵
- Recomendação: “Recommandation n.º R (89) 6 relative à la protection et à la mise en valeur du patrimoine architectural rural (1989)¹⁶

Em todos eles se identifica claramente o problema: a ameaça do desaparecimento (e também da descaracterização) da arquitectura e da paisagem rurais induzidos pelo avanço da indústria agrícola, para a qual os velhos edifícios e a tradicional zonagem dos campos são obsoletos; a proliferação de construções novas - habitações secundárias - que ignoram a tradição, ficando completamente desenquadradas; a desertificação e envelhecimento populacional das regiões em que a actividade agrícola não é rentável; a sobreexploração da natureza, dando consequência a desequilíbrios ecológicos perigosos.

Propõe-se, na generalidade (é o caso do Apelo de Granada): uma gestão e um ordenamento do território através de uma “conservation intégrée (...). Elle implique une politique à long terme de développement de la société axée sur le respect des rapports harmonieux entre l’Homme et la Nature”; a anulação, progressiva, da inferioridade do campo em relação à cidade, através de uma política de discriminação positiva na instalação de equipamentos e serviços sociais; o apoio às actividades económicas tradicionais, mas também à mecanização das explorações agrícolas não competitivas; o apoio à instalação dos jovens nestas zonas deprimidas; a promoção controlada do turismo rural; a inventariação do património rural em toda a extensão da sua tipologia; a implicação das comunidades locais na discussão e tomada de decisões.

Mas se quisermos conhecer, de forma actualizada, o que pensa o ICOMOS sobre esta problemática, não teremos mais do que citar o conteúdo de um documento de grande actualidade chamado «The Paris Declaration. On heritage as a driver of development.

¹³ Pesquisar no site do Conselho da Europa (www.coe.int), ou, directamente, no site que disponibilizamos na bibliografia.

¹⁴ http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_11_fr.pdf
(6 Fevereiro 2013)

¹⁵ http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_04_fr.pdf
(6 Fevereiro 2013)

¹⁶ <https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=610363&SecMode=1&DocId=701038&Usage=2> (6 Fevereiro 2013)

Adopted at Paris, UNESCO headquarters, on Thursday 1st December 2011».¹⁷

A 17ª Assembleia Geral do ICOMOS produziu a «Declaração de princípios e recomendações sobre as relações entre o património e o desenvolvimento», também conhecida por Declaração de Paris. Do ponto de vista conceptual, este documento de referência considera haver desenvolvimento quando este «integre no seu processo, o património cultural material e imaterial como componente indispensável da sua duração e da sua dimensão humana».¹⁸ Por sua vez, o património é considerado : como «um elemento frágil e indispensável, de carácter não renovável, para o benefício das gerações presentes e futuras»; «uma componente indispensável do processo de desenvolvimento»; «um factor de coesão social, de bem-estar, de criatividade e de atractividade económica e também de compreensão entre os povos»; a par do económico, do social e do ambiental, concorda-se com a conclusão da Cimeira de Johannesburgo (2002) sobre o desenvolvimento durável, segundo a qual a diversidade cultural constitui o «4º pilar do desenvolvimento durável, com o económico, o social e o ambiental».

Concorda-se também com a definição de desenvolvimento adoptada na Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2001): «o desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de aceder a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória».

Concorda-se igualmente com a Resolução 65/166, «Cultura e desenvolvimento», adoptada pela Conferência Geral das Nações Unidas de 2010, ao referir «que a cultura (de que o património faz parte), componente do desenvolvimento humano, é um meio de assegurar o crescimento económico e a apropriação dos processos de desenvolvimento».

¹⁷http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_Declaration_de_Paris_EN_20120109.pdf (13 Fevereiro 2013)

¹⁸ A Declaração cita outros documentos de referência que situa dentro da mesma temática geral, tais como: o Colóquio de Moscovo e de Souzdal (Russia, 1978), com um subtema intitulado “Os monumentos históricos como suporte do desenvolvimento económico e social”; o Simpósio “Não há futuro sem passado”, quando da 6ª Assembleia Geral do ICOMOS (Itália, Roma, 1981); o Simpósio “Do bom uso do património no desenvolvimento” (México, 1999); os Encontros e Declarações de Nara (Japão, 1997), Xián (China, 2005) e Québec (Canadá, 2008); as Cartas do Turismo Cultural de 1977 e de 1999; a Carta dos Itinerários Culturais (2008) e a Carta sobre a Interpretação e Apresentação dos Sítios do Património Cultural (2008).

Após este enquadramento teórico, a Declaração de Paris aponta as seguintes directrizes fundamentais :

1. Conter e distribuir o desenvolvimento urbano, encorajando a reabilitação e promovendo um ordenamento do território equilibrado «a fim de repartir harmoniosamente as actividades, incluindo as educativas, culturais, turísticas e de lazer».
2. Encorajar a manutenção e a revitalização dos pequenos agregados populacionais rurais, nomeadamente as suas actividades artesanais e agrícolas tradicionais.
3. Economizar o espaço não construído, nomeadamente, conservando as paisagens rurais, na sua organização e escalas, os patrimónios arquitectónico e arqueológico, os patrimónios respeitantes à flora e à fauna autóctones, o património aquático, as vias e meios de comunicação à escala local e regional.
4. Incentivar o regresso às artes tradicionais de construir, conservando o património arquitectónico rural e urbano, vernáculo ou de estilo, adaptando usos a carácter aos velhos edifícios; «adaptar ao património as metodologias de avaliação e de análise de desempenho nos domínios estruturais, climáticos e de segurança, e não o inverso».
5. Sensibilizar o sector do turismo para a fragilidade e para o valor do património; implicar todos os actores/agentes na elaboração dos planos de gestão dos destinos; assegurar uma distribuição equitativa dos dividendos do turismo – tendo em conta os respectivos custos – entre as populações locais, as empresas locais, nacionais e internacionais.
6. «Colocar a autenticidade no coração do desenvolvimento do turismo cultural» e nas «estratégias de interpretação e de comunicação», com fundamentação científica irrepreensível, evitando «voyages dans l'hyper-réalité» «travels in hyperreality» «que são visões redutoras e grosseiras dos valores patrimoniais».
7. Encorajar as comunidades locais a uma participação activa na conservação e gestão dos sítios turísticos.
8. «Favorecer a apropriação do património e do desenvolvimento turístico pelas populações locais», nomeadamente através de programas de formação na educação formal e não formal».
9. Avaliar de forma mais profunda as mais-valias económicas e sociais resultantes da valorização turístico-cultural do património, encorajando a investigação científica sobre esta temática.

10. «A apropriação do património efectuar-se-á, então, através de acções de informação, de sensibilização, para que a sociedade civil possa reconhecer e apropriar-se dos valores do património no quadro de um desenvolvimento sustentável.»
11. Promoção de uma formação adequada aos profissionais que intervêm, de alguma maneira, no património; promoção de um adequado quadro jurídico de salvaguarda; promoção da investigação em todas as perspectivas de abordagem do património, nomeadamente na sua relação com a economia e com o desenvolvimento.

Em resumo, as mais importantes organizações internacionais têm vindo, há longo tempo, a mostrar a sua preocupação face ao progressivo desaparecimento e descaracterização do mundo rural tradicional, apontando as causas e as directrizes para fazer face ao problema. Fundamentalmente, procura-se chamar a atenção para a necessidade cultural e para as vantagens económicas também, do património rural integrar o motor do desenvolvimento, «apelando» para um conceito de desenvolvimento que tem que ultrapassar a estreiteza meramente economicista, e de curto prazo, com que é costumadamente implementado. O problema não é fácil de resolver, porque na base de todo a problemática, a economia, com a sua crueza, está sempre latente; passemos, então, àquilo a que podemos chamar de «urgências», tendo em atenção o cenário nacional.

4. URGÊNCIAS

4.1 Políticas sérias que contrariem a desertificação do interior

Sem população e sem progresso económico, a conservação e a valorização do património, de qualquer tipo de património, são absolutamente insustentáveis, uma vez que deixam de constituir prioridade num ambiente socioeconómico de luta pela sobrevivência e de progressiva desertificação! Este é, sem dúvida, um factor básico da sustentabilidade. Por sua vez, o progresso económico tem que ser sustentado, tem que constituir, de facto, desenvolvimento, como bem o define a Agenda 21; ou seja, tem que garantir a protecção do meio ambiente e proporcionar a coesão social; os cinco primeiros princípios saídos da Cimeira da Terra não podem ser mais claros:

“PRINCÍPIO 1 - Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a Natureza.

PRINCÍPIO 2 - Os Estados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas e os princípios da lei internacional, possuem o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de velar para que as atividades realizadas dentro de sua jurisdição ou sob seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional.

PRINCÍPIO 3 - O direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.

PRINCÍPIO 4 - A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá considerar-se de forma isolada.

PRINCÍPIO 5 - Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável do desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.¹⁹

Podemos apontar algumas medidas de discriminação positiva para as regiões caracteristicamente rurais:

- Ao nível fiscal, para todas as empresas (especialmente para as agrícolas)
- Através da consolidação da rede do ensino superior:
 - . Evitando a concorrência do litoral (na oferta de cursos e na política de abertura de vagas)
 - . Evitando a concorrência no interior (pela não duplicação de cursos)
- Ao nível dos serviços públicos, apoiando a sua permanência em zonas deprimidas (saúde, correios, transportes, etc.)
- Pela localização, no interior, de centralidades públicas, nomeadamente ao nível museológico, arquivístico, militar, administrativo, etc.
- Através do investimento público em geral, em todos os sectores, tendo a área territorial como critério e não apenas a densidade populacional (ao interior só chegam migalhas, porque, politicamente, o interior não dá votos/deputados).

¹⁹ DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, saída da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), Rio de Janeiro, 1992, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano (Estocolmo 1972). (<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>) (5 de Fevereiro de 2013)

4.2 Levantamento e posterior inventário do património rural, tendo em vista a sua salvaguarda e, futuramente, a sua fruição e valorização articulada com o Turismo em Espaço Rural

Esta urgência poderia consubstanciar-se num projecto alojado no seio do C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e de Inovação do IPP, que preveja a articulação do Instituto com os vários municípios. Terá que ser um projecto realista, no tempo previsto para a sua execução, nos recursos a mobilizar e na metodologia técnico-científica a seguir, para se evitem os erros já cometidos em projectos anteriores, com os mesmos objectivos, e de que nada de substancial ficou, para além de um levantamento básico de elementos patrimoniais esmagadoramente situados no espaço urbano²⁰.

Este projecto deveria fazer dos municípios (do distrito de Portalegre) a base territorial do inventário, implicando as autarquias no

- . contacto com os proprietários,
- . no transporte aos locais,
- . no possível armazenamento de peças com vista à criação de “coleções visitáveis”,
- . na criação de roteiros
- . e na execução de acessos seguros para turistas, impedindo, simultaneamente, a fuga de gado.

O projecto deve contemplar o planeamento de uma articulação realista, ou seja, com eficácia e com segurança, entre a valorização do Património Rural e o Turismo em Espaço Rural.

²⁰ Por exemplo, o projecto PARTEXAL, Património Arquitectónico Transfronteiriço Extremadura–Alentejo (Interreg III A), liderado pela Associação de Municípios do Norte Alentejano (2009), em que tivemos uma participação fugaz, num seminário na ESEP, com colegas da Universidade de Évora. Alertámos, antecipadamente, para o total irrealismo que era pretender fazer o inventário, em poucos meses e sem meios, através de alunos da ESEP. Quando manifestámos a necessidade de transportes adequados (todo o terreno), GPS, seguros contra acidentes, dinheiro para alimentação e pagamento de honorários aos intervenientes – alunos e especialistas, uma vez que os alunos (e não só os da ESEP) não têm competências para realizar esta tarefa de forma autónoma -, estabelecimento de contactos prévios com os proprietários, redução dos itens de inventariação das fichas propostas (que copiavam os do Inventário do Património Arquitectónico oficial), não fomos levados a sério.

CONCLUSÃO

À Barca de Noé do Património vão acudindo os naufragos de uma tempestade tumultuosa: foram os castelos e outras fortificações que se tornaram obsoletas, os mosteiros e conventos que encerraram as portas, uma multitude de igrejas e igrejinhas que perderam os fiéis, os centros históricos que ficaram despovoados, os vestígios arqueológicos, dispersos no tempo e no espaço, que ganharam o estatuto de intocáveis, até o fado, até a comidinha, até as festas, algumas já mais “para inglês ver” do que manifestação cultural autêntica. Chegou a vez do património rural; porque não?

Queremos salvar todos estes naufragos, com se salva, de uma cheia, um álbum de fotografias que documenta, em imagens, tão simplesmente, a nossa vida. Fala-se de identidade, pois isso é coisa de passado, porque o presente, está sempre a passar, e do futuro temos medo. Todos sabemos que “não há futuro sem passado”, mas este perde-se-nos por entre os dedos, como areia fina; não há meio de pôr travão a este comboio que ameaça descarrilar, e ao fundo vemos, em aparições cada vez mais convincentes, uma ponte, sobre um abismo, que vai ceder à nossa passagem. Aos sinais do tempo, nomeadamente do ambiente, vamos fazendo orelhas moucas.

Aquilo que nos empurra, aquilo que não controlamos, são as consequências do paradigma instalado do progresso económico a todo o custo e como remédio para todos os males; fugimos para a frente; dizem que é para depois “repartir”; é a competitividade desde o berço e o suicídio de jovens que não aguentam a pressão (na Coreia do Sul, há muitos estudantes que acabam o seu dia de trabalho às 23h) porque não nasceram para isto; é o liberalismo selvagem tantas vezes encapotado; é a globalização dos mercados, onde os países ricos e as grandes empresas repartem entre si clientes e matérias primas; é a especulação financeira; é o consumismo: as falsas necessidades para criar a procura de bens e serviços inúteis com enormes perdas de energia; é a bolha imobiliária desbaratando território e recursos; são as falcatruas financeiras à escala nacional ou planetária que acabam por ser pagas pelos modestos ordenados dos cidadãos; é a necessidade constante de actualização face às NTI; é o *fast food*, a comida processada. “É a economia, estúpido!”²¹. É claro que a rela de um moinho de rodízio, sim, uma simples pedra (especial) de rio, sobre a qual rodava todo um engenho durante duas

²¹ Escreveu o estratega eleitoral de Bill Clinton, num cartaz pendurado na sede de campanha, em 1992.

gerações, produzindo incontáveis toneladas de farinha sem ter que ser substituída, não encaixa neste nosso mundo: porque é, ao mesmo tempo, eficaz, imperecível, não fabricável nem transaccionável, ou seja, tem todos os defeitos para o capitalismo. Se nos quisermos deter sobre estas pedras, ao jeito de uma alegoria de todo o imenso património rural, talvez cheguemos, como diria Saramago²², a compreender as coisas realmente grandes/importantes da vida.

A grande conclusão que queremos deixar é que, sem economia, não vamos longe, mas equacionar a questão do património, ou seja, dos valores, num simples livro de merceiro, com “deve” e “haver”, também não! Urge actuar, sobre a um imenso, variado e disperso espólio cultural e natural que apodrece, enferruja, que se degrada, que é delapidado, mal reaproveitado ou de que se perde a memória do seu uso, todos os dias. A entidade central de onde devem partir as operações são os municípios e as freguesias rurais, apoiados metodologicamente pelo ensino superior, que traçará um caminho certo para chegar a bom porto: com passo certo, lento, mas seguro. É hora de começar, a sério, e deixar de desperdiçar dinheiro em projectos inconsequentes. Estamos a falar de cultura, ou seja, de nós, de identidade, mas também de economia. Propomos como primeiro passo o inventário, mas ao mesmo tempo a recolha ou a salvaguarda do património, procurando abrir cenários de constituição de colecções visitáveis, devidamente interpretadas, que servirão o turismo rural, *in loco*, ou a nível central, onde o município o achar mais conveniente.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIN, A. – *Le Patrimoine Réinventé*, PUF, Paris, 1984.

CADERNOS SPPC, n.º 3, Que utilizações para o património construído?, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, Dezembro de 1996.

CHOAY, Françoise – *L’Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

Guia Europeu de Observação do Património Rural (2003), Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009.

²² “Só se nos detivermos a pensar nas pequenas coisas chegaremos a compreender as grandes” José Saramago

GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*, Campo das Letras, Porto, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre - *Memórias do Social*, Forense, Rio de Janeiro, 1990.

LAMY, Yvon [org.] - *L'alchimie du patrimoine - discours et politiques*, Talence, s. l., 1996.

MARTIN-GRANEL, N. – “Malaise dans le patrimoine”, *Cahiers d'Etudes Africaines*. XXXIX (3-4).155/156, s. l., 1999.

Património Cultural e Desenvolvimento Sustentável, Encontro de Especialistas em Património Mundial e Desenvolvimento Sustentável, UNESCO / IPHAN, Ouro Preto, Brasil, 2012.

PEIXOTO, Paulo – “Os meios rurais e a descoberta do património”, Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

(<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>) (20XII2011)

TEIXEIRA, Clara – “Negócios insustentáveis”, in *Visão* de 5 de Abril de 2012, p. 46 ss.

LEGISLAÇÃO:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

- Decreto n.º 4/2005 (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14)

WEBGRAFIA

Áreas Protegidas:

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-nac> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/res-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/mon-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/pais-protteg> (24 de Janeiro de 2013)

-

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_mab_WNBR_BR2012.pdf (24 Janeiro 2013)

Cartas internacionais sobre o património:

- Apelo: “L’appel de Grenade. L’architecture rurale dans l’aménagement du territoire” (1976) Pesquisar em www.coe.int ou em <http://books.google.pt> (14 Fevereiro 2013)

- Estudo/relatório: “Patrimoine architectural et développement rural “ (1987/88)

http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_11_fr.pdf (6 Fevereiro 2013)

- Estudo/relatório: “Le Patrimoine Rural” (1985)

http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_04_fr.pdf (6 Fevereiro 2013)

- Recomendação: “Recommandation n.º R (89) 6 relative à la protection et à la mise en valeur du patrimoine architectural rural (1989)

<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstraneImage=610363&SecMode=1&DocId=701038&Usage=2> (6 Fevereiro 2013)

- DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>) (5 de Fevereiro de 2013)

Notas sobre o autor:

Domingos Bucho

domingos@esep.pt

Historiador, Doutor em Conservação do Património Arquitectónico, Professor do Instituto Politécnico de Portalegre, Especialista em Arquitectura Militar, Vice-Presidente do ICOFORT do ICOMOS (International Council on Fortifications and Military Heritage – International Council on Monuments and Sites)